



*Boletim do Serviço de Difusão nº 27-2012
09.03.2012*

Sumário:

(clique no índice abaixo para acessar a seção de seu interesse)

➤ **Notícias do STF**

➤ **Notícias do STJ**

➤ **Notícias do CNJ**

• *Acesse o Banco do Conhecimento do PJERJ (www.tjrj.jus.br>Consultas>Banco do Conhecimento) que contém os seguintes conteúdos: jurisprudência, Revistas Interação e Jurídica, legislação, doutrina e muito mais...*

• *Acesse as edições anteriores do [Boletim do Serviço de Difusão](#), no Banco do Conhecimento do PJERJ, pelo link "[Periódicos](#)".*

Notícias do STF

Tramitação de novas MPs no Congresso terá de obedecer rito previsto na Constituição

A partir de agora, as novas medidas provisórias (MPs) que vierem a ser encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional terão de observar, em sua tramitação, o rito previsto pela Constituição Federal (CF) em seu artigo 62, parágrafo 9º, isto é, deverão ser obrigatoriamente apreciadas por uma comissão integrada por deputados e senadores, não podendo mais ser apreciadas pelo Parlamento apenas com parecer do relator, quando esgotado o prazo para sua apreciação pela comissão mista. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), entretanto, não alcança as MPs já convertidas em lei e as que estão em tramitação no Legislativo.

Leia mais...

Fonte: site do Supremo Tribunal Federal

[\(retornar ao sumário\)](#)

Notícias do STJ

Empresa de transporte público não deve indenizar passageiro assaltado no interior do coletivo

A empresa concessionária de transporte público não responde objetivamente pelos danos morais e materiais decorrentes de assalto a passageiro no interior do coletivo. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar procedente reclamação da Viação Vila Rica Ltda. contra decisão da Quarta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro (RJ).

A decisão do juizado especial estabeleceu que a empresa tem o dever de transportar os passageiros até o destino final, ausentes quaisquer perturbações no que tange ao quesito segurança – ou seja, ilesos. “Não vislumbro a ocorrência do chamado fortuito externo, tampouco a exclusão da responsabilidade tendo como alicerce o dever exclusivo de segurança do Estado”, afirmou a decisão do juizado especial.

Leia mais...

Jogadora compulsiva deve continuar prestando caução para receber pensão alimentícia

Consumidora do Rio Grande do Sul que alega ter adquirido compulsão para o jogo, após ingestão de medicamento, deve continuar prestando caução em favor da empresa fabricante do remédio, a qual lhe paga pensão mensal determinada por liminar. A conclusão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao lembrar que a obrigação alimentar é irrepetível (não deve ser devolvida).

“Mas o processo civil deve ser campo de distribuição de justiça, não terreno de oportunidades”, salientou a relatora do caso, ministra Nancy Andrighi, ao votar. Segundo observou, o montante que deverá ser considerado irrepetível ao final do processo, na hipótese de julgamento de improcedência, deve ser exclusivamente o valor pago para a subsistência digna da autora da ação, conforme demonstrarem as provas do processo.

Leia mais...

Comissão de reforma do Código Penal promete rigor contra milícias, jogo do bicho e terrorismo

O presidente da comissão de reforma do Código Penal, ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendeu a criminalização do jogo do bicho e a tipificação de condutas como participação em milícias e atos de terrorismo. O grupo esteve em audiência pública nesta quinta-feira (8), no Senado, onde recebeu propostas do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública.

A comissão presidida por Dipp é formada por 15 juristas e trabalha voluntariamente desde outubro de 2011 na modernização do Código Penal, que é de 1940. “É importante que possamos discutir de forma aberta, transparente e lúcida um código para uma sociedade plural, como é a sociedade brasileira”, afirmou o ministro.

Leia mais...

Fonte: site do Superior Tribunal de Justiça

[\(retornar ao sumário\)](#)

Notícias do CNJ

Magistrados debatem como aprimorar juizados especiais

O juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Ricardo Chimenti defendeu, nesta quinta-feira (8/3), em Florianópolis (SC), que os juizados especiais tenham uma melhor estrutura para poder cumprir a missão para a qual foram criados: servir como porta de entrada ao cidadão que busca resolver conflitos de menor complexidade na Justiça. Chimenti representa o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na reunião do Comitê de Aprimoramento de Juizados Federais, Estaduais e da Fazenda, que termina nesta sexta-feira (9/3), em Santa Catarina.

Durante o encontro, o grupo, formado por magistrados de diferentes partes do país, debate medidas capazes de otimizar o funcionamento desses órgãos judiciais. “Os juizados, desde sua criação, registram grande aceitação do público. Não podemos permitir que o seu sucesso, ao atrair um número cada vez maior de processos, acabe por sufocá-lo e equipará-lo, em relação aos prazos processuais, aos apresentados pela justiça comum”, afirmou o juiz auxiliar da corregedoria nacional.

Nas reuniões realizadas nos estados, o comitê conhece as peculiaridades locais e levanta iniciativas de sucesso que, posteriormente, serão padronizadas e levadas aos demais juizados especiais brasileiros. Em Florianópolis, o grupo vai conhecer o trabalho desenvolvido no núcleo de conciliação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que soluciona conflitos judiciais por meio de acordo amigável entre as partes, de forma a desafogar o estoque processual.

[Leia mais...](#)

Órgãos criarão banco de dados sobre estrangeiros presos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça vão criar sistema informatizado para tornar mais ágil o processo de expulsão dos estrangeiros que são presos no Brasil. A proposta foi apresentada durante o Seminário sobre os Presos Estrangeiros, realizado pelo CNJ na Escola Paulista da Magistratura nesta sexta-feira (9/3), em São Paulo. O sistema será alimentado pelas Polícias Federal e Estaduais, pelos juízes, pelo Ministério da Justiça e pelo CNJ, desde o momento em que a pessoa é presa até o fim do processo de sua expulsão.

“A ideia é melhorar o processo de comunicação entre as instituições que lidam com os presos estrangeiros no país. A comunicação é o ponto em que temos mais dificuldades para fazer com que o preso cumpra a pena em seu país”, afirmou o coordenador do seminário, juiz auxiliar da Presidência do CNJ Luciano Losekann. A falta de uma comunicação eficiente entre polícia, juízes e Ministério da Justiça aumenta ainda mais o tempo de permanência no Brasil do preso estrangeiro.

[Leia mais...](#)

Fonte: site do Conselho Nacional de Justiça

[\(retornar ao sumário\)](#)

Caso não haja interesse na manutenção do recebimento das n/mensagens, favor contatar-nos no telefone nº 3133-2742 ou pelo “e-mail” sedif@tjrj.jus.br

Serviço de Difusão - SEDIF
Gestão do Conhecimento-DGCON
Rua Dom Manuel, 29, 2º andar, sala 208
Telefone: (21) 3133-2742